

# A Conjuntura Política Brasileira e as Ameaças à Democracia

Grupo de Análise de Conjuntura, CNBB, Padre “Thierry Linard”<sup>1</sup>

22 de maio de 2022

*Eu ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo (Ex 3,7)*

## 1 – Introdução

O presente texto tem como objetivo destacar pontos relevantes da análise de conjuntura apresentada na primeira parte da 59ª. Assembleia Geral da CNBB<sup>2</sup> e que, no entender da equipe, merecem ser aprofundados. Isso significa que questões e afirmações neste material são intencionalmente retomadas com o intuito de dar a elas maior pertinência na análise. O texto traz ainda acréscimos de traços da conjuntura atual.

Não é possível analisar a realidade brasileira sem colocar-nos em um mundo em permanente transformação. Talvez as questões mais evidentes da conjuntura mundial de 2022 decorram (i) do conjunto de guerras e conflitos que violentam povos e comunidades, ao lado (ii) de uma pandemia que ceifou milhões de vidas em todo o planeta,<sup>3</sup> (iii) da recessão democrática e (iv) da destruição da Casa Comum, enquanto mudanças profundas são impulsionadas por uma revolução científico-tecnológica que define novos padrões técnicos para a produção econômica, impactando fortemente o mercado de trabalho e os padrões de consumo e de comunicação na sociedade humana. Há outras questões muito graves. Mas, para o propósito desta análise, vamos focar no impulso de morte<sup>4</sup> presente nesse momento histórico.

Ao fim de março, o Papa Francisco alertava, no contexto mais recente da Ucrânia, que “Uma guerra sempre – sempre! – é a derrota da humanidade: sempre. Nós somos derrotados por esta guerra, porque por um lado somos responsáveis. Não existem guerras justas: não existem!”<sup>5</sup> Pelo menos desde 2013, tal como desenvolvido no texto de fevereiro, o sumo pontífice já alertava para a realidade de uma guerra em pedaços: “Hoje existe a Terceira Guerra Mundial em pedaços. Olhem para os locais dos conflitos: falta de humanidade, agressão, ódio entre culturas e tribos, também uma

---

<sup>1</sup> Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin SJ (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Analise-de-Conjuntura-Social-OS-CLAMORES-DO-MEU-POVO.pdf> Acesso em 23 maio 2022.

<sup>3</sup> Em 3 de abril a Organização Mundial da Saúde (OMS) relatava cerca de 489 milhões de casos de COVID-19 e 6 milhões de mortes em todo o globo. Disponível em <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports> . Acesso em 06 abr. 2022.

<sup>4</sup> Utilizamos a expressão no sentido de Byung-Chul Han, que a remete à clássica afirmação de Sigmund Freud (v.g., FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996), mas que a coloca em outra perspectiva: um impulso de morte que é colocado a serviço do crescimento. Ele diz: “A agressão especificamente humana, a *violência*, está intimamente relacionada com a consciência da morte que a própria somente ao ser humano. Uma lógica de acumulação domina a economia da violência (...) O capitalismo gera um impulso de morte paradoxal, pois leva a vida à morte para a vida viva. A sua aspiração à vida imortal é mortal”. Cf. HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 7-30.

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-palavras-guerra-ucrania.html> . Acesso em 10 abr. 2022

deformação da religião, este é o caminho do suicídio, semear ódio. É um preparar a Terceira Guerra Mundial que está em andamento aos pedaços e acredito não exagerar nisto. Diga isto aos jovens!”<sup>6</sup>

Entretanto, o grave conflito entre a Rússia e a Ucrânia, não é o único. Pelo menos outros 28 países passam por conflitos ou registram combates armados em 2022. A informação é do Projeto de Dados de Localização e Eventos de Conflitos Armados.<sup>7</sup> Países como Iêmen, Nigéria, Síria, Mianmar e Somália lideram esses registros, além da Ucrânia, com milhões de refugiados, migrantes e vítimas civis.

A multipolaridade decorrente desses conflitos destaca o papel da China e de outros países, como a Índia e a Turquia. Essa última, embora membro da OTAN, a aliança militar ocidental, resiste em adotar sanções contra a Rússia. Nesse sentido, pode-se esperar que os países sejam mais resistentes a decisões em organismos internacionais, antes ditadas pelo bloco ocidental, como no caso do G-20, mas também nas Nações Unidas. Em particular, fica a provocação de qual linha os países da América Latina adotarão em seu campo de possibilidades. Amorim<sup>8</sup> destaca que, para países como o Brasil, não se trata apenas de sua relação para com uma potência hegemônica, mas antes de sua relação com múltiplas possibilidades de hegemonias, em várias dimensões: tecnológica, militar, política e de comunicações.

O impacto da retomada da escalada de conflitos militares e entre civis na forma das guerras é resultado das “novas concertações mundiais, com o declínio do poder político, militar e econômico dos Estados Unidos da América – que se beneficiou de quase um mundo unipolar desde a queda do Muro de Berlim – os avanços da China e a carência de lideranças europeias capazes articular a união da Europa com a Rússia”.<sup>9</sup> Essa nova (des)ordem mundial vai realinhando a geopolítica entre as principais potências (EUA, China, Rússia e Europa), ao mesmo tempo em que diversas consequências surgem. No campo político, retomou-se a perspectiva de uma finitude da humanidade e do próprio planeta,<sup>10</sup> diante da repetição dos horrores do Século XX, agora em um período em que as violências e as novas formas da morte ganharam muitos aparatos tecnológicos.

Como se não bastassem as epidemias que já conhecíamos, a partir do fim de 2019, a pandemia da COVID-19 assolou todo o mundo. Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada. As outras foram:

- **25 de abril de 2009:** pandemia de H1N1;
- **5 de maio de 2014:** disseminação internacional de Poliovírus;
- **8 de agosto de 2014:** surto de Ebola na África Ocidental;
- **1 de fevereiro de 2016:** vírus Zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas;
- **18 de maio de 2018:** surto de ebola na República Democrática do Congo.

Contudo, apesar das melhorias em 2022, pela distribuição de vacinas e maior informação do público, os números foram relevantes. No início de abril, os números eram de cerca de 500 milhões de casos confirmados de COVID-19, com cerca de 6.200.000 mortes conforme relatou a Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo. Também no início de abril cerca de

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/papa-diz-que-semear-odio-e-o-caminho-para-terceira-guerra-mundial/50000246-3790219>. Acesso em 10 abr. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em <https://acleddata.com/curated-data-files/>. Acesso em 10 abr. 2022.

<sup>8</sup> Amorim, C. (2022). Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, (1), 19–32. Recuperado de <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/4>

<sup>9</sup> Disponível em [https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios\\_marco-de-2022-1.pdf](https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios_marco-de-2022-1.pdf). Acesso em 10 abr. 2022.

<sup>10</sup> A reflexão de Arendt, ainda no século XX, adverte para essa mudança no paradigma da humanidade com relação às guerras. Com o advento do risco nuclear, um fator determinante da política passou a ser o receio de que uso constante dessa tecnologia levasse a espécie humana ao seu termo. Ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005; \_\_\_\_\_. *A imagem do inferno*. In: ARENDT, Hannah. *Compreensão e política e outros ensaios*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, p. 39-53.

11.300.000.000 doses de vacinas já haviam sido administradas, em que pese a sua desigual distribuição, especialmente no continente africano e entre os países mais pobres.<sup>11</sup>

No caso brasileiro, também em início de abril, os números apontavam para cerca de 30.200.000 casos conhecidos e mais de 661.389 mortes.<sup>12</sup> Conforme dito ainda em 2021, a crise sanitária e a COVID-19 é “uma doença que veio para fazer parte de nosso cotidiano, num quadro de sindemia que não tem paralelo na história.<sup>13</sup> Falta-nos, no Brasil, liderança e coragem para realizar a coordenação estratégica de atores e meios disponíveis para o enfrentamento da pandemia. Ainda estamos tateando e há intermináveis e lamentáveis estatísticas de óbitos. A morte por COVID-19 se transformou em parte do cotidiano”.<sup>14</sup>

Noutro aspecto, mais positivo, a pandemia revelou que são possíveis alternativas, “que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum”.<sup>15</sup>

A democracia, hoje em franca turbulência, teve um crescimento numérico no período compreendido pelas duas décadas finais do Século XX e as duas décadas iniciais do Século XXI (1980-2000 e 2000-2019). A quantidade de países “democráticos” não parou de crescer. O aumento se deveu, sobretudo, à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Segundo o *Polity Project* (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo), em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial.<sup>16</sup>

Contudo, quando são analisados os principais indicadores internacionais sobre a evolução da qualidade da percepção das democracias a nível global ou regional, o cenário não é dos melhores. Há, em todo o mundo, uma ideia de recessão democrática. De um lado, ela foi associada às dificuldades de surgimento de novos governos desse tipo desde meados da década de 2000. Nos últimos anos, porém, a preocupação passou a ser com a crise das democracias consolidadas. A pergunta agora é: democracias tradicionais entram em colapso?

A pandemia ampliou a relação entre sociedades nacionais, democracias e suas instituições, mas demonstrou amplamente que a democracia ainda é o melhor sistema possível para períodos como as atuais turbulências. Apesar das dificuldades, esse é um aprendizado que exige intensidade para uma maior valorização. O relatório mais recente da *Latinobarômetro* (2021),<sup>17</sup> publicado em outubro do ano passado, contou com uma amostra coletada em plena crise do coronavírus, entre outubro de 2020 e maio de 2021, e registrou uma pequena diminuição da insatisfação com a democracia como sistema de governo: 70%, dois pontos percentuais a menos do que os registrados no último relatório de 2018. Já a satisfação mal aumentou em um ponto percentual, chegando a 25%. É uma confiança escassa, tímida e, infelizmente, em queda. Os principais atores da democracia, os partidos políticos, sofreram um retrocesso sem paralelo. Apenas 29% dos entrevistados nos 18 países da América Latina relatam proximidade partidária. Em 2015, esse número era de 40%.

<sup>11</sup> Cf. <https://covid19.who.int/> Acesso em 12 abr. 2022.

<sup>12</sup> Cf. *Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados*. Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em 12 abr. 2022.

<sup>13</sup> Cf. *Sindemia global: Covid atinge os mais pobres e frágeis*. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/29/sindemia-global-covid-atinge-os-mais-pobres-e-frageis/>. Acesso em 8.set. 2021.

<sup>14</sup> Ver CNBB. *Uma conjuntura de crises e tensões*. Setembro de 2021. Disponível em <https://www.cnb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/UMA-CONJUNTURA-DE-CRISES-E-TENSOES-setembro-2021.pdf>. Acesso em 12 abr. 2022.

<sup>15</sup> SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A cruel pedagogia do vírus*. Lisboa: Almedina, 2020, p. 29.

<sup>16</sup> Cf. ZIBLATT, Daniel. LEVITSKY, Steven. *Como as democracias morrem*, Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 8.

<sup>17</sup> Cf. CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, *Informe 2021*, Santiago de Chile, 2021. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em 06 abr. 2022.

É nesse quadro e partir dessas tensões que produzimos a atual análise de conjuntura. Nossas avaliações são produzidas considerando que, para além dos textos das normas, em especial da Constituição, uma democracia necessitaria de líderes que conhecessem e respeitassem as regras informais.<sup>18</sup> Por fim, nessa possível chave de leitura para o mundo, incluindo o Brasil, deve-se destacar que o atual quadro do capitalismo globalizado e desregulado tem um duplo alcance: (a) o crescimento das desigualdades, de um lado;<sup>19</sup> e (b) o crescimento de um universo diferente de valores, recursos, meios de produção tecnológicos, que estão extremamente concentrados em um núcleo rentista transnacional,<sup>20</sup> acompanhado de um ideal de mérito e eficácia descrito por quem são os ganhadores deste modelo, doutro.

Há variações de país para país. Mas há uma combinação de velhos elementos – relações de dominação brutal e de discriminações raciais, sociais, sexuais, culturais, econômicas e políticas – com outros mais novos – a sacralização da propriedade privada e a estigmatização dos “perdedores” de formas muito mais extremas que nas etapas da globalização prévia. Tudo isso se dá em um contexto em que os avanços do conhecimento e da tecnologia, a mudança dos paradigmas virtuais, de inteligências e suas modalidades, bem como a velocidade das redes sociais, assim como a diversidade e as criatividades decorrentes das criações culturais, poderiam permitir um progresso social sem precedentes.<sup>21</sup> Mas, infelizmente, não aconteceu dessa forma.

Oferecer de pronto tal chave de leitura é um esforço cuidadoso para permitir que as avaliações advenientes e prognósticos da análise sejam acompanhadas, criticadas e discutidas, com clareza, pelos leitores. E a crítica é muito importante.

## 2 – A conjuntura política brasileira e as eleições 2022

Nosso presente tem muito a ver com o passado. Desde a implementação do modelo republicano no Brasil, ainda na passagem do século XIX para o XX, testemunhamos uma realidade de conquistas, mas também de reveses. Não foram poucas as tentativas de obstaculizar a soberania popular, ou de impor manipulação ao “sagrado direito do voto”. Exemplos, nesse sentido, foram abundantes, tendo como uma espécie de coroamento nefasto a última ditadura civil-militar, que durou 21 anos, teve 5 ditadores e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à Constituição. Nesse período, instalou-se um regime de medo, houve assassinatos, restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura. Embora estejamos apenas há poucas décadas desde sua interrupção oficial, restabelecendo o acesso do povo à deliberação sobre os destinos políticos de sua nação, trata-se de um fantasma que, de maneira insistente, torna a nos rondar.

Revelações das investigações da Comissão Nacional da Verdade, dentre outras, destacaram que os militares brasileiros eram treinados na Escola das Américas, instituição que integrou entre 1954 e 1996 uma macabra formação dos seus alunos em práticas de tortura, sem falar da ligação direta de Lincoln Gordon – embaixador dos EUA na estruturação do golpe civil-militar de 1964.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> ZIBLATT, LEVITSKY. 2018, ob. cit., p. 11.

<sup>19</sup> Ver, p. ex., PIKETTY, Thomas. *Une brève histoire de l'égalité*. Paris: Éditions du Seuil, 2021.

<sup>20</sup> Conforme Bresser-Pereira, essa etapa do capitalismo se consolidou a partir de 4 movimentos históricos: (1) a transformação do capitalismo de produtivo em financeiro-rentista e tecnoburocrático; (2) uma superacumulação de capitais; (3) a financeirização (o grande aumento da riqueza nacional capturada pelo sistema financeiro desde os anos 1980); e (4) a globalização. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? Novos estudos CEBRAP* 36 (1), Mar 2017. Disponível em <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010007>. Acesso em 07 abr. 2022.

<sup>21</sup> Cf. PIKETTY, Thomas. *¡Ciudadanos, a las urnas! Crónicas del mundo actual*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017, p. 9 e ss.

<sup>22</sup> Disponível em <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> (Texto base para a descrição acima). Acesso em 04 abr. 2022.

Infelizmente, o governo federal e a família do presidente Bolsonaro protagonizaram dois acontecimentos que demonstram o negacionismo em relação ao período, que aqui contribuem como elucidação à análise da conjuntura política brasileira atual. O primeiro foi a ordem do dia publicada no último 31 de março, para ser lida nos quartéis e assinada pelos ministros da Defesa e das três forças, ressaltando a versão de um movimento militar resultado da convocação das ruas. E, em segundo lugar, os ataques à dignidade e à honra da jornalista Miriam Leitão – o que, certamente, também pode ser tomado como indicativo da repulsa do atual governo e de sua concepção de estado e de política em relação ao trabalho prestado por um jornalismo livre, inclusive como uma das frentes historicamente consideradas no projeto de superação do período ditatorial.

A ironia das torturas sofridas por Miriam Leitão por Eduardo Bolsonaro, deputado federal, chocou a imprensa nacional, e provocou a necessidade de a jornalista vir a público revelar, com detalhes, as torturas a que fora submetida grávida, nas dependências do quartel do Exército em Vila Velha durante a ditadura militar.

De acordo com o relato, a jornalista foi agredida, assediada moral e sexualmente, e até colocada nua dentro de uma sala escura com uma jiboia.<sup>23</sup> A reação foi imediata, Eduardo Bolsonaro (PL/SP) foi denunciado por fazer apologia à tortura. Defendeu-se a retirada do mandato do parlamentar e entrou-se com representação na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.<sup>24</sup> Trata-se de atentado ao decoro parlamentar que deve ser julgado em breve, apesar de o Conselho de Ética da casa parlamentar ter muita dificuldade em punir seus pares.<sup>25</sup> Aliás, ainda pior que o acontecimento considerado de forma isolada, trata-se de uma demonstração, das tantas possíveis e constantemente disponíveis nos noticiários e fontes de consulta, sobre a disseminação de uma cultura de violência e de morte, em que se celebra o sofrimento dos outros supostamente às custas da defesa de princípios ou valores. Testemunhamos, então, uma completa perversão dos princípios norteadores da civilização, incrementados ao longo de séculos e por muitas influências, entre as quais do próprio cristianismo.

O passado estrutural que forjou uma gramática política própria ao país terminou por estabelecer as condições para a retomada das relações democráticas, especialmente a partir da edição da Constituição de 1988. Nessa tarefa, em que pese a presença de instituições e parcelas significativas da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as diferentes agremiações estudantis e mesmo a CNBB, muito ainda resta para ser consolidado. Daí a relevância do esforço conjunto demandado por nosso tempo, para além de seu significado histórico e de fidelidade aos princípios que orientam a atuação de organismos dessa natureza, também atingem os domínios da conservação da justiça e da dignidade ao alcance de todos, numa sociedade pacífica e promotora da vida em plenitude.

Deve-se destacar, indubitavelmente, que, sem a participação dessas entidades e do mundo da política, ainda estaríamos ensaiando a redemocratização, pelo que, também nesse momento, é a sociedade toda que as conclama a um posicionamento contundente e necessário. Criada em outubro de 1952, com a permissão da Santa Sé, a CNBB, na época a terceira conferência episcopal do mundo, teve um importante papel nessa construção. Eis porque nas proximidades de a própria Conferência completar 70 anos de sua criação, é importante refletir sobre os percursos e os enormes desafios que existiram nesse caminho – tarefa que certamente irá recorrer esforços para um outro momento, consolidando um itinerário celebrativo-memorial que se estenderá até 2023.

---

<sup>23</sup> Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/nota/miriam-leitao-falaboutortura-vivida-na-ditadura-militar/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>24</sup> Disponível em <https://espanol.almayadeen.net/news/politics/1577522/denuncian-a-hijo-delpdte-brasile%C3%B1o-por-ironizar-sobre-tortu>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>25</sup> Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/psol-e-redepedem-cassacao-de-eduardo-bolsonaro/>. Acesso em 04 abr. 2022.



## 2.1. Quais as principais características desse tempo político?

Como se não bastassem as múltiplas crises que o país atravessou nos últimos anos e os terríveis efeitos da pandemia da COVID-19, desde a mais recente quebra do curso ordinário da democracia, em 2016, graças ao impeachment de Dilma Rousseff – como desfecho do que se iniciou pela contestação do resultado das eleições<sup>26</sup> –, testemunha-se o tensionamento do tecido social e o surgimento de manifestações de violência sob o manto da liberdade de opinião. Trata-se de uma realidade que certamente adquiriu máxima evidência desde a assunção de Jair Bolsonaro à presidência da República, em 2019, quando se instaurou, também junto à máquina pública e aos órgãos de gestão federal, uma estratégia de governo belicosa.

Na análise de conjuntura de junho de 2021 já chamávamos a atenção para o fato de “que o Governo Bolsonaro faz parte de um fenômeno mundial de ascensão de governos extremistas, autoritários e, em alguns casos, com traços neofascistas. São governos que, para implantar seus projetos econômicos neoliberais, atacam as instituições democráticas, com vistas à implementação de regimes políticos autoritários. Bolsonaro, com o apoio de militares das Forças Armadas e das polícias estaduais, das milícias, da maçonaria, do fundamentalismo religioso, vem desenvolvendo uma política de ataques às instituições democráticas, principalmente ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. Às vezes, os ataques são retóricos; em outras, expressam-se sob a forma de incentivo e participação em manifestações; e ainda, materializam-se em medidas concretas, como foi o caso da ampliação do acesso das pessoas a armas de fogo”.<sup>27</sup>

Em abril de 2021, este grupo de Análise de Conjuntura apontou dados sobre o recrudescimento dos grupos de apoio às ações geradoras de conflito social protagonizadas pelo presidente da República e diferenciou a figura de Bolsonaro do que vem sendo denominado de bolsonarismo. Destacou-se que o bolsonarismo, como a nova extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos, não “caiu do céu”, mas tem uma história, uma lógica interna e busca atingir seus objetivos, e que Bolsonaro e o bolsonarismo utilizam-se do discurso religioso para manterem mobilizadas as suas bases sociais mais radicais e os segmentos religiosos que apoiam seu governo.<sup>28</sup>

Em maio do ano passado, analisando o desmonte do Estado e das políticas públicas, alertamos que Bolsonaro segue apresentando projetos de emendas à Constituição, projetos de Lei e de reformas de segmentos do setor público, objetivando transferir ao setor privado a atuação hoje pública, com o discurso de que a concorrência privada é capaz de gerar mais eficiência e melhores condições de oferta do serviço ou produto. Por um lado, isso não se testemunhou, já que a qualidade dos serviços transferidos à gestão privada mostrou-se flagrantemente inferior, havendo, inclusive, tentativa de devolução de responsabilidades à União, sem que ao menos se implementassem as melhorias previstas nos planos de concessão (note-se, para isso, o exemplo da rodovia BR 153).<sup>29</sup> Por outro lado, o grande problema com o desmonte do Estado no Brasil é que uma parcela muito grande da população, por não conseguir se ocupar no setor produtivo, depende totalmente do Estado para sua sobrevivência<sup>30</sup> e para ter acesso a serviços essenciais, como os de Educação e Saúde, cujo padrão de gestão federal recente tem deixado muito a desejar.

Na análise de junho do ano passado destacávamos que, além da discussão sobre o papel das Forças Armadas junto ao governo Bolsonaro, havia um debate público sobre as muitas tentativas de

<sup>26</sup> Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/psdb-pede-auditoria-especial-do-resultado-das-eleicoes-ao-tse>

<sup>27</sup> CNBB. *Os desafios da conjuntura brasileira*, p. 13. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/3-OS-DESAFIOS-DA-CONJUNTURA-BRASILEIRA.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>28</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-POVO-DE-DEUS-SOFRE-COM-A-DOENCA-E-A-FOME-abril-de-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>29</sup> Ver: <https://www.podergoias.com.br/materia/6257/triunfo-concebra-devolve-br-153-apos-nao-conseguir-viabilizar-anel-viario>

<sup>30</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-O-O-RETROCESSO-CIVILIZATORIO-maio-de-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

Bolsonaro de politização das polícias estaduais, principalmente das polícias militares. Some-se a esse debate a relação da família de Bolsonaro com milicianos (muitos deles policiais no exercício da atividade e ex-policiais).<sup>31</sup>

Em setembro do mesmo ano, voltamos a registrar que a crise política é causada por diversos fatores e atores. Provavelmente, o maior responsável é o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro – mas também seus adeptos. Eles estão estruturados, muitas vezes organizados, em torno de um determinado segmento da população brasileira, que tem sua base em homens brancos, a maior parte acima dos 40 anos, com forte presença religiosa, em especial de determinadas denominações neopentecostais e movimentos católicos conservadores, e com acentuada presença em alguns setores, como militares, policiais militares, pequenos empresários e produtores agropecuários, com maior concentração nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste.<sup>32</sup>

Lembramos também que Jair Bolsonaro tem uma dupla estratégia. De um lado, caso reeleito, pretende promover uma espécie de autogolpe com uma “ruptura constitucional” que colocará o país em uma gravíssima crise. Os discursos presidenciais apontam para esse cenário, apesar de não conseguir tração social nem apoio, exceto de seus grupos radicalizados. Jair Bolsonaro tem, no seu projeto (inclusive de questionamento das urnas eletrônicas), o objetivo de tumultuar as eleições de 2022. Trata-se de um aspecto recentemente evidenciado pelas tensões estabelecidas entre o presidente e o Tribunal Superior Eleitoral, por meio do ministro Edson Fachin, que declarou não caber às Forças Armadas qualquer interferência sobre o funcionamento ordinário da democracia.<sup>33</sup> Por outro lado, o campo democrático tem jogado dentro das regras, e, ainda que às custas das constantes polêmicas ensejadas mais superficialmente no campo político, os poderes têm se mantido no limite de suas atribuições constitucionais. E isso graças ao esforço cada vez mais intenso do legislativo federal e do poder judiciário. Entre as tensões mais recentes instauradas pelo presidente da República está a explícita tentativa de subversão da ordem implementada por meio do perdão dado por Jair Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira, através do dispositivo da “graça”. Isso ocorreu um dia depois do plenário do Supremo Tribunal Federal ter decidido pela condenação e suspensão do mandato do legislador. Tal conjuntura, que insistentemente galga novos patamares de arbitrariedade, aponta o grave contexto social e político que devemos aguardar para os próximos meses.<sup>34</sup>

Ainda em 2021, na Análise de Conjuntura de outubro, anotamos: “o cenário mais evidente deste período é que Jair Bolsonaro ainda é fraco demais para conseguir um autogolpe, e a oposição é fraca demais para conseguir um *impeachment*. (...) As relações institucionais continuam abaladas e o grande vencedor no Congresso Nacional foi o Centrão, que tem em Arthur Lira (PP-AL) seu grande articulador. Frente à deterioração acentuada das condições de vida da população, da afronta à dignidade humana e social, os ganhos obtidos pelos governos anteriores para a qualidade de vida do povo brasileiro vão se esvaindo”.<sup>35</sup>

Desde 2019, portanto, que em nossas análises foram evidenciadas algumas características do atual tempo político. Dentre as principais, estavam o caráter autoritário do atual governo, a transformação dos adversários políticos em inimigos, a destruição das conquistas e dos direitos consolidados durante a chamada Nova República, o desmonte das políticas públicas e a desinstitucionalização e desgaste da democracia, além da forte presença das redes sociais e de um “ódio” político que transformou o debate em embate. Muito já foi dito e discutido.

---

<sup>31</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-16.06.21.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/UMA-CONJUNTURA-DE-CRISES-E-TENSOES-setembro-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>33</sup> Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-do-tse-diz-que-quem-trata-de-eleicoes-sao-forcas-desarmadas/>

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2021/10/A-COMPLEXIDADE-DO-QUADRO-POLITICO-E-SEUS-DESDOBRAMENTOS-outubro-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

Recentemente, em abril, um dos principais argumentos dessa descrição restou comprovado. Trata-se do desmonte das políticas públicas, ao mesmo tempo em que se verificou um elevado crescimento dos gastos com a dívida pública. Nesse sentido, como o propósito de dar embasamento à leitura praticada por esta comissão, a partir daqui o tema será ordenado com base numa pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sobre a execução orçamentária.<sup>36</sup>

De acordo com o estudo, 2021 consolidou o processo de “desfinanciamento de políticas públicas”. Assim, no país, o combate às desigualdades e a preservação dos direitos humanos, transformaram-se em temas meramente episódicos a partir do critério de gastos do orçamento. Entretanto, os dados apontam que o desmonte se iniciou ainda em 2019. Os setores mais atingidos foram saúde, educação, meio ambiente, moradia, criança e adolescente e combate ao racismo.<sup>37</sup> Nesse mesmo período, enquanto houve desmonte de políticas públicas, o gasto com a dívida pública quase dobrou,<sup>38</sup> beneficiando os brasileiros mais ricos do país ou os aplicadores externos.

Mesmo com a extensão da pandemia, os números do levantamento mostram que, em 2021, o ano mais difícil da pandemia, os recursos reduziram-se em 79% na comparação com 2020 – ano em que o coronavírus chegou ao país. O relatório também demonstrou que a saúde perdeu R\$ 10 bilhões em termos reais entre 2019 e 2021.<sup>39</sup>

No combate ao racismo, a execução financeira da promoção da igualdade racial, medida alocada no Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alves até o fim de março, diminuiu mais de 8 vezes entre 2019 e 2021, segundo a pesquisa. Além disso, os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres na pasta caíram 46% nesse mesmo período. A execução financeira passou de R\$ 17,6 milhões em 2019 – gasto que, na realidade, obedeceu ao planejamento orçamentário da gestão anterior – para apenas R\$ 2 milhões (de R\$ 3,3 milhões disponíveis) em 2021.<sup>40</sup>

No caso da luta para garantir direitos aos quilombolas, o INESC revelou que, em 2021, foram gastos apenas R\$ 164 mil em atividades de reconhecimento e indenização de propriedades desses povos tradicionais, além de R\$ 792,4 mil de compromissos assumidos em anos anteriores. De acordo com os dados, mesmo quando há recursos – como é o caso dos R\$ 200 milhões advindos de créditos extraordinários para a ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – pouquíssimo dinheiro foi, de fato, autorizado para políticas públicas com essa finalidade (neste caso, R\$ 18,8 milhões, menos de 10% do orçamento disponível).<sup>41</sup> Veja-se:

#### Orçamento para Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos | 2019 a 2021 – valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.



<sup>36</sup> INESC. *A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021*. Brasília: INESC, 2022. Disponível em <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/>. Acesso em 12 abr. 2022.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>39</sup> INESC, 2022, Idem.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.



Fonte: INESC

Diante das enormes violências contra os povos originários, pressionados pelo ilícito, os dados demonstraram que o dinheiro executado pela FUNAI, que deveria garantir a proteção territorial e fazer avançar a demarcação de terras, foi utilizado para beneficiar os invasores dessas terras. Nos últimos 3 anos, 45% dos recursos que deveriam ser gastos para proteger e demarcar territórios indígenas foram destinados a indenizações e aquisições de imóveis – medida que beneficia ocupantes não indígenas.<sup>42</sup>

A tragédia orçamentária repetiu-se também nas políticas ambientais. Nos três anos do estudo o INESC apontou as seguintes causas: (a) falta de pessoal; (b) nomeação de pessoas sem experiência e capacidade para cargos de confiança com responsabilidade de conduzir a política de fiscalização territorial.<sup>43</sup> O orçamento executado para o meio ambiente em 2021 foi o menor dos últimos três anos: foram gastos apenas R\$ 2,49 bilhões, comparados aos R\$ 3 e 4 bilhões gastos em anos anteriores, para todos os órgãos ambientais: Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, Jardim Botânico e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC).<sup>44</sup> Veja-se:

**Orçamento para o Meio Ambiente (incluindo administração direta, Ibama, ICMBio, IBRJ) | 2019 a 2021 - valores em bilhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.**



Fonte: INESC

Na área educacional pouco ou muito pouco foi utilizado para reduzir o impacto da pandemia e promover o estudo remoto dos mais vulneráveis. Os dados revelam que 60% dos estudantes contavam apenas com o celular para participar das aulas, sendo que 16% deles não tinham um pacote de dados de internet que durasse o mês inteiro.<sup>45</sup> Da mesma forma, as políticas para as crianças e os adolescentes tiveram os recursos escassos. A execução financeira para Assistência à Criança e ao Adolescente caiu 28% em termos reais, passando de R\$ 531 milhões para R\$ 382 milhões entre 2019 e 2021. Essa área chegou a ter 30 ações em 2012, mas em 2021 só houve destinação de recursos para três: (a) Criança Feliz – que absorveu 95% do montante; (b) Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo, e (c) Promoção e Defesa de Direitos para Todos (que sequer teve recurso executado).<sup>46</sup>

Já a necessária e fundamental educação infantil teve o orçamento encolhido mais de quatro vezes: eram R\$ 446 milhões em 2019 que viraram R\$ 100 milhões em 2021. E os recursos destinados para combater o trabalho infantil caíram 20 vezes: foram executados R\$ 6,7 milhões em

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

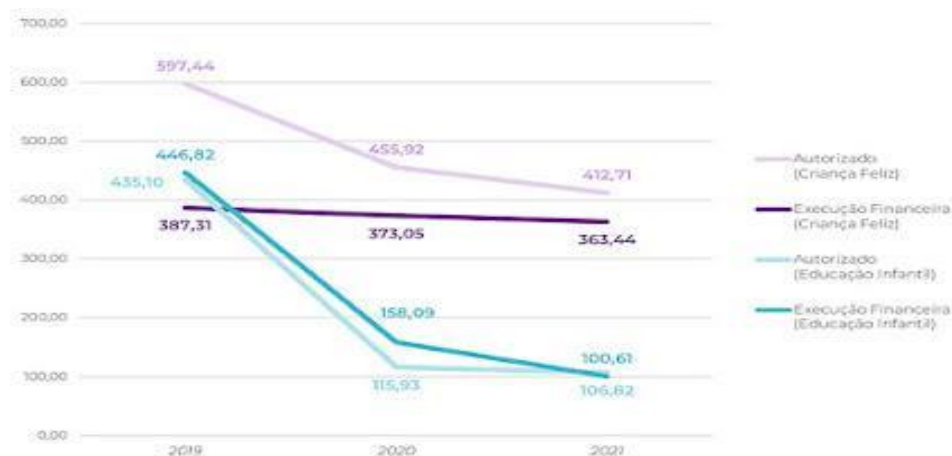
<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

2019 e somente R\$ 332 mil em 2021. Considerando que existem cerca de 1,8 milhão de crianças nessa situação, isso equivale a 19 centavos por criança por ano.<sup>47</sup> Veja-se:

**Orçamento do Programa Criança Feliz e da Educação Infantil | 2019 a 2021 - valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.**



Fonte: INESC

No campo do direito à moradia, o governo federal não alocou nem um centavo para a habitação de interesse social em 2020 e 2021. Em 2019, foram gastos cerca de R\$ 18 milhões, mas foram pagamentos de despesas contratadas em anos anteriores. Isso representa um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias.<sup>48</sup> Veja-se:

**Orçamento para habitação de interesse social | 2019 a 2021 - valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.**



Fonte: INESC

Ao mesmo tempo em que os investimentos sociais perderam espaço no orçamento federal, verificou-se elevado crescimento dos gastos com juros e amortizações da dívida pública, que beneficia principalmente bancos e grandes rentistas. É nítida a transferência daqueles recursos que deveriam financiar as áreas sociais para os mais ricos, através dos mecanismos do Sistema da Dívida, tendo em vista que, no mesmo período analisado (2019 a 2021), o gasto com a chamada dívida pública quase dobrou, sendo que em 2021 ultrapassou a metade de todo o orçamento federal executado.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

O orçamento público é sempre um retrato das políticas públicas. A grande vantagem é que os números podem ser adotados como critérios mais evidentes e objetivos que apenas a opinião dos analistas. Disso se conclui que o desmonte dessas políticas públicas não foi apenas uma realidade, mas uma tragédia que agravou a crise social e política – uma tragédia de cuja responsabilidade os atuais encarregados da gestão pública não podem se furtar.

## 2.2. Religião, política e eleições

É importante registrar que o debate religioso ganha, cada vez mais, destaque e protagonismo nas eleições deste ano. Segundo o G1, portal de notícias do grupo Globo, os “pré-candidatos à Presidência criaram estruturas de campanha para atrair voto evangélico. Ciro, Doria, Lula e Moro têm núcleos organizados com consultores dedicados especificamente a promover aproximação com eleitorado evangélico”.<sup>50</sup> Afinal, segundo a Revista Veja, de 26/02/2022, os evangélicos foram determinantes nas eleições de 2018.<sup>51</sup> A mesma publicação, de março de 2022, destacou que presidenciáveis ampliam articulações na batalha pelos votos evangélicos, dado que o segmento continua crescendo e hoje é estimado em quase um terço da população, ou 24% do eleitorado.<sup>52</sup>

Já o site Ecodebate informa que “o voto católico poderá garantir a vitória de Lula em 2022”. Em artigo do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, aponta-se que “os evangélicos estão divididos e a maioria dos católicos estão contra o atual mandatário instalado no Palácio do Planalto. Os evangélicos representam 26% e os católicos 50% do eleitorado brasileiro, segundo o perfil da amostra da pesquisa do Datafolha”.<sup>53</sup> Pesquisa recente do PoderData, divulgada em 16 de março (de 2022), mostra que Jair Bolsonaro (PL) mantém a liderança nas intenções de voto entre eleitores evangélicos. Ele chega a 46%, ante 22% de Lula (PT). Entre os católicos, o petista segura a dianteira, com 48%; Bolsonaro tem, nesse eleitorado, o apoio de 20%.<sup>54</sup>

Segundo o portal “Religião e Poder”, “a conjuntura política das manifestações de 2013, do período pós-eleição de 2014, e, sobretudo, nos processos de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e de formação do governo Michel Temer e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, marcaram um dado novo no campo religioso brasileiro: a consolidação de uma direita religiosa (composta por católicos, evangélicos, judeus e espíritas) como ator político”.<sup>55</sup> Ainda segundo a referida publicação, o então candidato nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro, assumiu as pautas da direita religiosa: retórica anticomunista, (neo)liberal, anti-esquerda, com narrativas destorcidas sob o manto de temas abaixo da cintura.<sup>56</sup> Vale lembrar que a pastora, advogada e ex-Ministra de “Direitos Humanos” Damara Alves, desde 2010, fora peça fundamental no tabuleiro de articulação entre a direita religiosa – em especial evangélica – e Jair Bolsonaro. A eleição de políticos alinhados

---

<sup>50</sup> Pré-candidatos à presidência criam estruturas de campanha para atrair votos evangélicos. Veja em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/13/pre-candidatos-a-presidencia-criam-estruturas-de-campanha-para-atrair-voto-evangelico-conheca.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>51</sup> O peso político dos evangélicos. Leia em: <https://veja.abril.com.br/coluna/murillo-de-aragao/o-peso-politico-dos-evangelicos/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>52</sup> Parlamentares ampliam articulações na batalha pelos votos evangélicos. Leia em: <https://veja.abril.com.br/politica/presidenciaveis-ampliam-articulacoes-na-batalha-pelos-votos-evangelicos/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>53</sup> O voto católico poderá garantir a vitória de Lula em 2022. Leia em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/17/o-voto-catolico-podera-garantir-a-vitoria-de-lula-em-2022/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>54</sup> Poder Data: Lula mantém vantagem entre os católicos e Bolsonaro lidera o voto evangélico. Leia em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/poderdata-lula-mantem-vantagem-entre-os-catolicos-e-bolsonaro-lidera-o-voto-evangelico/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>55</sup> Eleições 2022: as direitas evangélicas em disputa. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/eleicoes-2022-as-direitas-evangelicas-em-disputa/>

<sup>56</sup> Expressão típica do Papa Francisco. Ver FRANCISCO, Papa e WOLTON, Dominique. *Um Futuro de Fé: uma conversa franca com o sociólogo Dominique Wolton*. Lisboa: Editorial Planeta, 2019.

à direita religiosa deflagrou uma importante movimentação entre os Poderes Legislativo e Executivo.<sup>57</sup>

Observamos durante o governo Bolsonaro que líderes políticos diversos, deputados e ministros ligados às igrejas neopentecostais foram ocupando espaço em áreas estratégicas do governo. Baseados, entre outras, na “teologia do domínio”, acreditam que a cristianização do mundo – governos, inclusive – e o domínio de todas as áreas da vida, pelos fiéis evangélicos é fundamental para se vencer a guerra cósmica entre Deus e o diabo pelo domínio da humanidade.<sup>58</sup> Paralelamente a tal intento, é, no mínimo, sintomático o fato de que escândalos políticos durante o atual governo têm sido protagonizados por líderes religiosos.<sup>59</sup>

A utilização da religião, notadamente do cristianismo, tem caracterizado a nova extrema-direita global, como revelou recentemente o vaticanista Iacopo Scaramuzzi em um livro recém-publicado, intitulado *Dio? In fondo a destra – perché i populismi sfruttano il cristianesimo* (em tradução literal, Deus? No fundo à direita – Porque os populismos desfrutam do cristianismo), cuja capa estampa cinco dos principais expoentes desse fenômeno: Orban (Hungria), Salvini (Itália), Trump (ex-presidente dos Estados Unidos), Bolsonaro (Brasil) e Putin (Rússia).<sup>60</sup>

Na análise de conjuntura de outubro de 2020, já chamávamos a atenção para uma “batalha religiosa” em curso no Brasil. Nos últimos 20 anos, além da disputa religiosa que se dá pelo controle do Poder Executivo (nos três níveis de governo), a bancada evangélica no Congresso Nacional triplicou: a atual legislatura conta com 195 dos 513 deputados, o equivalente a 38% do total de parlamentares. “A atual bancada evangélica é a mais governista dos últimos cinco mandatos presidenciais. 90% dos votos registrados pelos evangélicos foram a favor do governo (Bolsonaro)”.<sup>61</sup> Não menos importante é a ascensão do pastor presbiteriano André Mendonça à mais alta corte da justiça brasileira, depois de ter passado por dois ministérios-chaves do governo Bolsonaro. Foi o coroamento e a chegada de evangélicos aos três Poderes da República:<sup>62</sup> a presença de evangélicos no poder judiciário.<sup>63</sup>

As pautas morais se constituem no principal instrumento de alavancagem de candidaturas e de políticos eleitos ligados ao chamado neopentecostalismo. Vem se consolidando uma presença cada vez maior nas eleições de grupos vinculados a esse universo, sejam tradicionais, de novas denominações ou, ainda, de setores oriundos do catolicismo, a partir de projetos políticos.<sup>64</sup>

<sup>57</sup> Eleições 2022: as direitas evangélicas em disputa. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/eleicoes-2022-as-direitas-evangelicas-em-disputa/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>58</sup> O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. Leia em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31761/1/Dissertacao\\_Luiza%20Chuva\\_Vers%C3%A3o%20Final.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31761/1/Dissertacao_Luiza%20Chuva_Vers%C3%A3o%20Final.pdf). Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>59</sup> A máquina de corrupção de pastores amigos de Bolsonaro. Leia em: <https://istoe.com.br/a-maquina-de-corrupcao-dos-pastores-amigos-de-bolsonaro/>. Veja também: A farra dos pastores no MEC: <https://www.dw.com/pt-br/a-farra-de-pastores-no-mec/a-61235307>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>60</sup> Extrema-direita: pautas moralistas unem religião e militarismo. Veja em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-%20noticias/602840-extrema-direita-pautas-moralistas-unem-religiao-e-militarismo>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>61</sup> Bancada evangélica triplicou. Veja em: [https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/colunas/reporter\\_brasilia/2019/09/703324-bancada-evangelica-triplicou.html](https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/colunas/reporter_brasilia/2019/09/703324-bancada-evangelica-triplicou.html). Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>62</sup> As miragens de uma teocracia: o ministro terrivelmente evangélico e seus reflexos para a democracia. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/ministro-terrivelmente-evangelico-e-seus-reflexos-para-a-democracia/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>63</sup> Grupo de juristas evangélicos fundado por Damares amplia lobby no governo. Leia em: <https://exame.com/brasil/grupo-de-juristas-evangelicos-fundado-por-damares-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>64</sup> Neopentecostais e o projeto de poder. Veja em: <https://diplomatie.org.br/neopentecostais-e-o-projeto-de-poder/>; Para entender o projeto de poder de políticos e igrejas neopentecostais. Veja em: <https://jornalggn.com.br/artigos/para-entender-o-projeto-de-poder-de-politicos-e-igrejas-neopentecostais/>. Acesso em 04 abr. 2022. ; País terrivelmente evangélico é projeto de poder ou preconceito da elite. Veja em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/07/pais-terrivelmente-evangelico-e-projeto-de-poder-ou-preconceito-da-elite.htm>. Acesso em 04 abr. 2022.

Não sem motivos, no discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro usou o polêmico termo “cristofobia”, que sinaliza uma estratégia eleitoral voltada ao público evangélico. Segundo Ronilso Pacheco, colunista no portal UOL, pastor evangélico e estudioso das religiões, o termo “cristofobia” vai ser usado como estratégia eleitoral decisiva nas próximas eleições.<sup>65</sup>

O grande desafio, nesse contexto, é avaliar as dinâmicas da relação entre religião, política e voto, sem deixar de perceber que uma parte do eleitorado, especialmente os que se denominam de “católicos”, possui uma distinção dos neopentecostais e dos evangélicos que resta evidenciada nas pesquisas eleitorais em relação aos principais candidatos na disputa presidencial.

### 2.3. O quadro eleitoral

Como explicado em nossa última Análise de Conjuntura,<sup>66</sup> o mês de abril de 2022 inaugurou o início do período mais concentrado da chamada “pré-campanha” (que vai até 15 de agosto – depois é a campanha propriamente dita). Fechou-se a janela partidária,<sup>67</sup> entre traições e defecções, e a multifacetada lista de partidos políticos teve mudança substancial. Ao todo, quase um quarto da Câmara dos Deputados, ou seja, 122 políticos mudaram de sigla. Quem mais ganhou estava no mesmo campo político, o Centrão: O PL (Partido Liberal), do presidente e candidato Jair Bolsonaro, o Partido Progressista (PP), do Ministro Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o Republicanos. Da mesma forma, foi no Centrão que mais se perdeu. O União Brasil (fruto da fusão do DEM e do PSL) teve 32 defecções, especialmente entre os oriundos da campanha do PSL com Bolsonaro em 2018. O Senado Federal foi menos afetado porque as regras de fidelidade partidária não se aplicam aos senadores e, ainda, face à renovação de apenas 1/3 das cadeiras daquela casa em 2022.

O grande interesse das mudanças partidárias, além da própria eleição proporcional, é que, com as novas regras, os partidos políticos dependem diretamente do tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados para poderem definir o seu acesso aos Fundos (Partidário e Eleitoral). O mesmo se pode dizer sobre a cláusula de barreira, conforme emenda à Constituição promulgada em 2017, que estabeleceu critérios de desempenho para que partidos tenham acesso aos fundos e à propaganda gratuita no rádio e na televisão. A intenção era estimular a fusão de siglas, reduzindo o número de partidos que atuam no Congresso.

Para as eleições de 2022, o desempenho mínimo das legendas deverá alcançar, na eleição para a Câmara dos Deputados, (a) no mínimo 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas; ou (b) eleger pelo menos 11 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

A burocracia partidária ganhou com tais medidas, além de se tentar reduzir a hiperfragmentação partidária, com a explosão de recursos públicos para as eleições.

Será, ainda, uma eleição com muitos recursos públicos destinados à disputa. Após diversas manobras, o Fundo Eleitoral foi aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente da República e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele terá a verba de R\$ 4,9 bilhões destinada a partir de junho para 32 legendas que concorrerão nas eleições deste ano, quase o triplo do que foi utilizado no pleito de 2018 e mais do que o dobro do montante de 2020.

---

<sup>65</sup> Debate sobre cristofobia é estratégico para candidatura ultraconservadoras, avalia pesquisador. Veja em: <https://apublica.org/2020/09/debate-sobre-cristofobia-e-estrategico-para-candidaturas-ultraconservadoras-avalia-pesquisador/>. Acesso em 04 abr. 2022.

<sup>66</sup> Disponível em [https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios\\_marco-de-2022-1.pdf](https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios_marco-de-2022-1.pdf). Acesso em 12 abr. 2022.

<sup>67</sup> A janela partidária é prevista na Lei nº 9.096/1995 (art. 22-A) e abre-se a cada ciclo eleitoral por 30 dias. Este ano foi entre 3 de março e 1º de abril de 2022.



Evidentemente que o financiamento de campanhas poderá favorecer os atuais detentores de mandato, com redução das possibilidades de candidatos que serão estreantes nas eleições. Por outro lado, decisões recentes do STF têm assegurado recursos à presença de candidaturas de mulheres e da população negra, o que pode ajudar no aumento da competitividade desses grupos sociais nas eleições proporcionais.

Finalmente, continuarão como critérios e na vigência, mais uma vez, a Lei nº 9.840/1999 (que criminaliza a compra de votos e pune com a perda de mandato) e a Lei da Ficha Limpa, de 2010. Ambas fortalecem a justiça eleitoral, no difícil papel de coibir práticas lesivas ao interesse público, embora muita gente ainda não tenha percebido – ou tenha se esquecido – da importância delas.

Outro aspecto relevante, e ainda muito frequente nos debates daqui até outubro, serão as pesquisas eleitorais. Diante dos números nesse primeiro trimestre do ano, fica clara a definição de dois grandes competidores: o incumbente e Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), de um lado, e, doutro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com a liderança do último, são essas as candidaturas que se apresentam mais competitivas até o momento.

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada no dia 11 de maio, consolida algumas tendências percebidas em outras pesquisas. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 46% das intenções de voto no primeiro turno. O segundo lugar está com o presidente Jair Bolsonaro (PL), com 29%. Pontuam Ciro Gomes (PDT), com 7%; João Doria (PSDB) e André Janones (Avante) com 3%; e Simone Tebet (MDB) e Felipe D’Avila (Novo), com 1%. Luciano Bivar (União Brasil) não pontuou.

Quando estratificada, a pesquisa mostra alguns dados que revelam o perfil do eleitorado dos dois principais candidatos. A maioria dos eleitores de Lula são mulheres (51%) e de Bolsonaro são homens (38%). No recorte de renda familiar Lula tem uma grande vantagem para os que afirmam obter uma renda mensal de dois salários mínimos e declararam votar nele (57%) contra (19%) desse mesmo recorte para Jair Bolsonaro. Isso pode significar que os programas de assistência aos mais vulneráveis do governo federal não tem alavancado a popularidade do atual presidente.

A pesquisa aponta que Lula continua liderando entre os católicos (53%) e o presidente Bolsonaro tem (27%); entre os protestantes, Bolsonaro lidera com (47%) e Lula perde com (30%).

A pesquisa perguntou aos entrevistados se o voto estava definido, e a resposta foi sim para (63%) – um indicador importante no sentido de que o eleitor está ciente dos candidatos e que já escolheu seu representante, mesmo que faltem meses para a eleição e ainda nem tenha iniciado o período eleitoral.

Esses dados são reforçados pela última pesquisa Genial/Quaest em São Paulo, maior Estado do país, onde o ex-presidente Lula nunca teve um desempenho tão favorável nas eleições presidenciais, como agora em 2022. Ele lidera a corrida presidencial com 39% das intenções de voto, ante 28% de seu principal adversário, Jair Bolsonaro (PL). Ciro Gomes (PDT) está em terceiro lugar, com 8%.<sup>68</sup>

Outras pesquisas recentes, como a contratada pela CNT,<sup>69</sup> entidade de representação máxima do transporte no Brasil, também apontou o favoritismo do ex-presidente Lula, com 40,6% das intenções de voto, 32% para Jair Bolsonaro, 7,1% para Ciro Gomes e 3,1% para João Doria.

Tudo vem indicando que não está existindo espaço para uma terceira via e vem consolidando a disputa final entre as candidaturas Lula e Bolsonaro. Contudo, o certo é que será uma campanha marcada pela violência política, com muitos ataques, especialmente pelas redes sociais, além da desinformação (ou *fake news*), que, apesar dos esforços do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de setores da sociedade civil comprometidos com a democracia, poderão influenciar o voto até outubro de 2022.

<sup>68</sup> <https://www.estadao.com.br/politica/pesquisa-genialquaest-em-sp-lula-tem-39-das-intencoes-de-voto-e-bolsonaro-28/>

<sup>69</sup> <https://www.esmaelmorais.com.br/lula-lidera-ate-em-pesquisa-contratada-por-caminhoneiros-da-cnt/>

Igualmente importante este ano são as eleições para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas Estaduais. O eleitorado deve dar atenção ao processo de escolha do senador, deputado federal e deputado estadual. Nos próximos quatro anos, muitas decisões relevantes serão tomadas nas casas legislativas, em particular no Congresso Nacional. Aliás, nos últimos anos, em alguma medida tivemos uma espécie de semipresidencialismo disfarçado, liderado pelo atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, com crescente influência no orçamento público federal, na derrubada de vetos presidenciais e na rejeição de medidas provisórias.

Além disso, o processo eleitoral é uma oportunidade de qualificar a representação política das casas legislativas. A participação popular é decisiva para a maior presença das mulheres, da população negra, da juventude, das lideranças das periferias urbanas, dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, etc) e de outros grupos sociais sub-representados no parlamento. Isso para não falar da necessidade de renovação da pauta legislativa, muitas vezes descolada dos interesses da maioria.

#### **2.4. O que está por traz do debate em torno da urna eletrônica?**

O sistema eleitoral brasileiro é um dos mais seguros e protegidos do mundo. Sua qualidade pode ser verificada em resultados eleitorais céleres e auditáveis. O TSE tem sido firme no entendimento de que está em curso uma tentativa de desacreditar o sistema (leiam-se, as urnas eletrônicas), e com esse mote justificar possíveis desqualificação dos resultados eleitorais. A palavra golpe tem se propagado em matérias e falas de ministros e até o governo americano alertou para esse risco no Brasil.

Segundo reportagem no G1, o TSE respondeu aos questionamentos sobre as urnas eletrônicas feitos pelo Ministério da Defesa na Comissão de Transparência Eleitoral. As Forças Armadas, que integram a comissão, foram convidadas a participar do processo pelo então presidente do TSE Luís Roberto Barroso como um gesto de ampliação da transparência das eleições, uma atitude que foi avaliada por muitos analistas como um erro que poderia ter sido evitado: “Estava evidente que havia má intenção das Forças Armadas, em um claro gesto de se infiltrar a partir do convite”.<sup>70</sup>

A equipe do TSE apontou que as Forças Armadas confundem conceitos e erram cálculos ao apontar risco de inconformidade em testes de integridades das urnas. Nesse debate, o Ministro Fachin declarou: “A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira.”<sup>71</sup>

Recentemente, em visita a Maringá no dia 11 de maio, o Presidente da República fez um conjunto de declarações sobre armas e eleições com claras insinuações golpistas e ataques às urnas eletrônicas.<sup>72</sup> Deu continuidade às suas declarações da semana anterior em que sugeriu, em tom de ameaça, que os resultados de uma auditoria privada a ser realizada por uma empresa contratada por seu partido, o PL, podem complicar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), se for constatado que é “impossível auditar o processo”.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> [https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/05/11/bolsonaro-mira-no-tse-por-golpismo-permanente-que-enfraquece-confianca-nas-eleicoes-avalia-carlos-andreazza.ghtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=share-bar-mobile&utm\\_campaign=materias](https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/05/11/bolsonaro-mira-no-tse-por-golpismo-permanente-que-enfraquece-confianca-nas-eleicoes-avalia-carlos-andreazza.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias)

<sup>71</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/bolsonaro-forcas-armadas-e-tse-tem-idas-e-vindas-sobre-seguranca-das-urnas-entenda.shtml>

<sup>72</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-diz-que-governo-nao-aceita-provocacao-e-volta-a-colocar-em-duvida-sistema-eleitoral.shtml>

<sup>73</sup> <https://auth.folha.uol.com.br/login?done=https%3A%2F%2Fpaywall.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Fretorno%3Fdone%3Dhttps%253A%252F%252Fwww1.folha.uol.com.br%252Fpoder%252F2022%252F05%252Fbolsonaro-diz-que-fara-auditoria-privada-nas-urnas-e-adota-tom-de-ameaca-ao->

Com esse comportamento, o Presidente segue um roteiro traçado por Trump nas eleições americanas que, frente a uma possível derrota, tentou desacreditar o processo eleitoral. O resultado desse processo nos EUA foi a violência e o desgaste da democracia.

É fundamental que a sociedade civil e os poderes da República se unam para evitar que essa tragédia se repita no Brasil. Organizadas pelo TSE, conforme reza a Constituição, as eleições no país deve ser livres e sem violência. As urnas eletrônicas vêm garantindo eleições limpas e transparentes, muito diferentes de quando se utilizava os votos em papel, resquícios de uma época marcada por denúncias e investigações de fraudes eleitorais gravíssimas.

### 3 – Sinais de esperança

Diante de tantos desafios, tanto estruturais como conjunturais, há alguns sinais de esperança em nosso país. Os movimentos sociais e populares ganharam nova força e as ruas, especialmente com o fim da pandemia. No início de abril, por exemplo, mais de 6 mil lideranças dos povos indígenas de cerca de 154 etnias estiveram em Brasília para a 18ª edição do Acampamento Terra Livre.

Da mesma forma, diversas experiências comunitárias, populares e organizadas, como as experiências espalhadas pelo país da “Economia de Francisco e Clara”, a partir da inspiração do Papa Francisco, têm retomado um movimento em ação transformadora de realidades e de regiões, especialmente as periferias das cidades.

A mobilização da juventude para obter o título de eleitor, liderada pelo TSE com o apoio de influenciadores e artistas, deu bons resultados. Dados do TSE mostram que neste ano teremos 2 milhões de novos eleitores, com os jovens de 16 e 17 anos – para quem o voto é facultativo –, número que cresceu 57% em relação à eleição de 2018, o que é um sinal de alento sobre a importância da participação política e, portanto, de sua revalorização.

Por fim, graças às novas regras e à luta pela representatividade, uma maior participação das mulheres, indígenas e dos negros na política, ainda não espelhada nas eleições presidenciais, tem sido uma tendência muito forte em diversos setores e cidades.

É a partir de tais horizontes e com muita esperança que são listados alguns temas gerais, surgidos dos debates do grupo de análise de conjuntura, que são elencados como sugestões para fortalecer os compromissos da Conferência, suas diversas instâncias, bem como os movimentos e pastorais, os organismos do Povo de Deus e os homens e as mulheres de boa vontade, a fim de se transformarem em realidades. Destacamos:

- a) **A defesa intransigente dos direitos civis e das instituições democráticas do país:** a ditadura e a violência dela decorrente, contrariam os valores ético-cristãos, corroem a sociedade e colocam em risco a pessoa humana, sendo fundamental o respeito à vontade popular expressa nas urnas e que a garantia de posse dos eleitos;
- b) **A definição de um “Plano para saída da crise”, com foco no curto prazo e ancorado em investimentos na infraestrutura social** (educação, saúde, mobilidade urbana, habitação) e **na difusão de meios de acesso ao ambiente digital;**
- c) **A ampliação das políticas sociais e de proteção e amparo aos mais vulneráveis:** a crise política e econômica, agravada pela pandemia, está colocando em risco a sobrevivência de milhões de brasileiros, o que torna urgente a ação dos governos e a ampliação das políticas de proteção social;

- d) **A construção de uma nova proposta de desenvolvimento para o país – desta vez socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável**, resultante de amplo debate com a sociedade;
- e) **O fortalecimento das cadeias produtivas com foco nos pequenos e médios negócios**, com crédito subsidiado e renegociação de dívidas para trabalhadores, pequenos produtores, profissionais liberais e comerciantes;
- f) **A universalização dos serviços públicos essenciais**, a partir da compreensão de que saúde, educação, saneamento e transporte público são direitos dos cidadãos e, como tais, não podem ser regidos pela lógica da mercadoria e dos mercados;
- g) **A implantação de forte tributação sobre as grandes fortunas e sobre o rentismo**, de maneira a possibilitar a recuperação da autonomia do Estado, hoje capturado pelo mercado financeiro;
- h) **A redução das taxas de juros e da transferência de recursos públicos ao mercado financeiro**: ao priorizar o pagamento dos juros aos bancos e aplicadores do mercado financeiro, faltam recursos para as políticas públicas e para o fomento às atividades produtivas geradoras de empregos e renda;
- i) **O desenvolvimento de uma política agrária e agrícola que priorize a produção de alimentos, a agricultura familiar e práticas ambientalmente sustentáveis**: a priorização dada ao setor exportador produz a fome e a carestia; enquanto o agronegócio bate recordes de rentabilidade, faltam alimentos na mesa do povo e milhões de brasileiros sobrevivem sem saber se conseguirão ter a próxima refeição;
- j) **A proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas da nossa Casa Comum**: é imprescindível deter e reverter a degradação da terra e das florestas e a perda da biodiversidade; a gestão sustentável dos ecossistemas é fundamental à vida e ao futuro da humanidade;
- k) **A promoção da paz e da justiça**: é preciso reduzir significativamente todas as formas de violência, promover o Estado de direito e garantir a igualdade do acesso à justiça a todos os cidadãos.

“Como fazer” depende de todos nós! Entretanto, será fruto do diálogo e da solidariedade entre todos e com o Outro, especialmente os mais vulneráveis e que clamam em todos os cantos para que sejam libertados.